

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

EDITORIAL

Prezadas e prezados colegas da Advocacia-Geral da União

O mês de dezembro foi especialmente significativo para a Advocacia-Geral da União e para a Comissão de Ética da AGU. Entre os principais destaques, esteve a realização do II Seminário de Ética e Integridade da AGU, espaço de reflexão qualificada e de fortalecimento do compromisso institucional com a ética, a integridade e a boa governança no serviço público.

O período também foi marcado pela retrospectiva das principais entregas e ações desenvolvidas pela Comissão de Ética ao longo do ano, evidenciando avanços relevantes na consolidação de uma cultura organizacional orientada por valores éticos.

Além desses marcos, a Comissão de Ética da AGU participou ativamente de encontros, seminários e debates voltados à promoção da integridade, ampliando o diálogo com diferentes unidades da AGU e com instituições parceiras. Paralelamente, manteve suas atividades permanentes de orientação, prevenção e disseminação de boas práticas de conduta, reafirmando seu papel estratégico na construção de um serviço público cada vez mais íntegro, responsável e comprometido com o interesse coletivo.

Boa leitura!

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

Destaques

II Seminário de Ética e Integridade da AGU

II Seminário da Comissão de Ética da AGU reforça compromisso institucional com a integridade pública



A Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União realizou, no dia 02 de dezembro, o II Seminário da Comissão de Ética da AGU, consolidando-se como um espaço estratégico de diálogo, reflexão e fortalecimento da cultura ética no âmbito da advocacia pública. Com o tema “Ética e Integridade na Advocacia Pública: Desafios e Perspectivas”, o evento reuniu autoridades, especialistas e representantes de órgãos centrais dos sistemas de integridade, correição e ética do Estado brasileiro.

A mesa de abertura contou com a participação do Advogado-Geral da União Substituto, Flávio José Roman, do Diretor-Geral da Escola Superior da AGU, João Carlos Souto, do Corregedor-Geral da AGU, Heráclio Mendes de Camargo Neto, do Secretário de Controle Interno da AGU, Diogo Luiz da Silva, da Presidente da Comissão de Ética da AGU, Mariana Cruz Montenegro, da Conselheira da Comissão de Ética Pública, Maria Lúcia Barbosa, e da Secretária-Executiva da Controladoria-Geral da União, Eveline Martins Brito, reforçando o compromisso institucional da AGU com a ética, a integridade e a boa governança.



BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

Painel I - 9h30 – 11h
Sistema de Integridade e Funções Essenciais à Justiça – Desafios e Boas Práticas

Cristiane Caracas de Souza Cidade
Subcorregedora-Geral da Corregedoria-Geral da Advocacia da União

Patrícia Álvares de Azevedo Oliveira
Secretaria de Integridade Pública da CGU (SIP/CGU)

Fábio Sartori
Assessor-Chefe de Integridade da Defensoria Pública da União (DPU)

Cíntia Brunetta
Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

Luciane Helena Lucio de Abreu
Coordenadora de Integridade Pública Substituta - CIP/CGAU

Roberta Codignoto
Especialista em Ética e Compliance

Inácio Alencastro
Diretor de Integridade da OAB/DF

Palestra - 11h – 12h
A Importância dos Códigos e Políticas para as Instituições Públicas

A programação foi estruturada em painéis temáticos que abordaram desafios contemporâneos e experiências concretas na promoção da integridade. O **Painel I - Sistema de Integridade e Funções Essenciais à Justiça: Desafios e Boas Práticas** contou com exposições de **Cristiane Caracas de Souza Cidade** (Corregedoria-Geral da AGU), **Patrícia Álvares de Azevedo Oliveira** (Secretaria de Integridade Pública da CGU), **Cíntia Brunetta** (CNMP) e **Fábio Sartori** (DPU), sob mediação de **Luciane Helena Lucio de Abreu** (CGU), destacando a importância da atuação coordenada entre as funções essenciais à Justiça para o fortalecimento dos sistemas de integridade.



O Diretor de Integridade da OAB/DF, Inácio Bento de Loyola Alencastro e a Especialista em Ética e Compliance, Roberta Codignoto, abordaram a Importância dos Códigos e Políticas para as Instituições Públicas, como o Sistema de Integridade, o papel das Funções Essenciais à Justiça, os desafios éticos na gestão pública, os conflitos de interesses, a relevância dos códigos e das

políticas de ética e a importância da atuação em rede para o fortalecimento das práticas de integridade.



No **Painel II - A Importância das Redes para o Fomento à Integridade**, os debates enfatizaram o papel estratégico da articulação institucional e da atuação em rede como instrumentos de prevenção e disseminação de boas práticas. Participaram **Francisco Bessa** (Rede GIRC), **Izabela Frota Melo** (RENAGEI) e **Leandro Alberto Torres Ravache** (Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais), evidenciando como a cooperação entre instituições potencializa resultados e fortalece a cultura ética no setor público.

O **Painel III - Conflito de Interesses e Desafios Éticos na Administração Pública** reuniu **Danielly Cristina Araújo Gontijo** (PGF), **Tatiana Maria Guskow** (PGFN), **José Antonio Bolivar** (Banco Central) e **Karen Pimentel** (CGU), com moderação de **Micheline Silveira Forte** (AGU). As discussões abordaram situações práticas, desafios recorrentes e a relevância de mecanismos preventivos e orientadores no tratamento de conflitos de interesses.



O II Seminário da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União foi finalizado com a palestra “*Ética e Integridade na Advocacia Pública: Desafios e Perspectivas Contemporâneas*”, proferida pelo Ministro Carlos Ayres Britto, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal. Em sua exposição, o palestrante destacou a centralidade da ética como fundamento da atuação estatal, ressaltando a integridade, a responsabilidade institucional e o compromisso com o interesse público como pilares indispensáveis ao fortalecimento da advocacia pública e das instituições democráticas.



O II Seminário reafirmou, ainda, a centralidade do Código de Ética da Advocacia-Geral da União como instrumento essencial para a consolidação de uma cultura organizacional baseada na integridade, na responsabilidade e no respeito ao interesse público. A pluralidade de perspectivas apresentadas ao longo da programação conferiu ao evento um caráter colaborativo e enriquecedor, destacando a relevância do diálogo interinstitucional e da troca de experiências como instrumentos fundamentais para o fortalecimento e a evolução permanente das práticas de

integridade no âmbito da Advocacia-Geral da União.



BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

A ampla divulgação do Código de Ética ao longo do evento evidenciou seu papel orientador, pedagógico e preventivo, ao estabelecer parâmetros claros de conduta para membros e servidores da AGU, fortalecendo a integridade institucional e contribuindo para a prevenção de desvios éticos e o aprimoramento contínuo das práticas organizacionais. Essa iniciativa reafirma o compromisso da Comissão de Ética da AGU com a promoção de valores que sustentam a credibilidade, a legitimidade e a excelência da atuação da Advocacia-Geral da União.



BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

INFORMES

Presidente da Comissão de Ética da AGU participa do XXXII Encontro de Dirigentes da SGA



A presidente da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União, Mariana Cruz Montenegro, participou do XXXII Encontro de Dirigentes da Secretaria de Gestão Administrativa (SGA), ocasião em que apresentou uma reflexão abrangente sobre temas centrais para o fortalecimento da integridade no serviço público.

Durante sua exposição, a presidente destacou os principais aspectos do Código de Ética da AGU, enfatizando seu papel orientador na condução das atividades institucionais e na consolidação de uma cultura organizacional fundada no respeito, na responsabilidade e na transparência.

Mariana Montenegro também abordou as iniciativas da instituição no combate ao assédio moral e sexual, ressaltando a importância de ambientes de trabalho seguros, respeitosos e livres de práticas que comprometam a dignidade dos servidores e colaboradores. Em sua fala, reforçou que a prevenção e o enfrentamento dessas condutas são pilares indispensáveis para o fortalecimento da integridade pública.



Outro ponto relevante tratado foi a evolução da integridade no Brasil, com destaque para os avanços normativos recentes, o amadurecimento das estruturas de governança e o crescente reconhecimento da ética como elemento estratégico para a credibilidade das instituições públicas.

Por fim, a presidente convidou os participantes a refletirem sobre o poder da escolha ética no cotidiano das organizações. Segundo observou, cada decisão — pequena ou grande — contribui para moldar o ambiente institucional, influenciar comportamentos e fortalecer a confiança pública na administração.

A presença da Comissão de Ética no encontro reforça o compromisso contínuo da AGU com o aprimoramento das práticas de gestão, o desenvolvimento de ambientes de trabalho íntegros e a promoção de valores que sustentam a missão institucional.

VII Seminário de Compliance, Governança Corporativa e ESG da OAB/DF



A presidente da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União, Dra. Mariana Cruz Montenegro, participou da abertura do VII Seminário de Compliance, Governança Corporativa e ESG da OAB/DF, realizado no dia 5 de dezembro, em comemoração aos 11 anos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

O evento ocorreu na sede da OAB/DF, em Brasília, e reuniu autoridades, especialistas e representantes de instituições públicas e privadas para debater temas centrais relacionados à integridade, à governança corporativa, ao compliance e às práticas ESG, com foco no fortalecimento da ética e da transparência nas organizações.



Na solenidade de abertura, a Dra. Mariana Cruz Montenegro atuou na qualidade de Presidente da Comissão de Ética da AGU, compondo a mesa ao lado de outras autoridades convidadas. Sua participação reforçou o compromisso institucional da Advocacia-Geral da União com a promoção da ética pública, do combate à corrupção e do aprimoramento contínuo dos mecanismos de integridade no setor público, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei Anticorrupção.

A participação da Comissão de Ética da AGU no seminário reforça a relevância da atuação em rede como estratégia fundamental para a consolidação da integridade pública, bem como evidencia a OAB como parceira institucional essencial no fomento de uma cultura ética, no intercâmbio de boas práticas e no diálogo permanente entre o setor público e a sociedade.

ENTREVISTA

Entrevistado: Secretário de Controle Interno da Advocacia-Geral da União, Diogo Luiz da Silva-Procurador da Fazenda Nacional.

Tema: O combate à corrupção e a ética no serviço público.

Nesta edição de dezembro, o Boletim da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União traz uma entrevista especial com o Secretário de Controle Interno da AGU, Dr. Diogo Luiz da Silva. Procurador da Fazenda Nacional desde 2010, o secretário possui 29 anos de experiência no âmbito do serviço público, com atuação em diversos órgãos da administração pública federal. É mestre em Administração pública pela UNB e nos últimos 10 anos vem acumulando sólida vivência na seara da governança, tendo ocupado diversos cargos nas áreas de Corregedoria, Ouvidoria e Controle Interno.

Sua paixão pela temática da Liderança e Transformação Digital o levou a buscar qualificação em programas internacionais, realizados em instituições como *Institut du Service Public* - (INSP - França), Indiana University (EUA) e Tsinghua University (China).

O Secretário tem ainda formação complementar em Auditoria Interna pela Coimbra business School (Portugal) e em MBA em Data Science & Analytics pela Universidade de São Paulo (USP).



Nesta entrevista, o procurador compartilha sua visão sobre o combate à corrupção, os desafios da ética no serviço público e o papel estratégico da integridade para o fortalecimento institucional da AGU.

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

Contexto institucional e visão estratégica

Como o senhor avalia o atual cenário da integridade e do combate à corrupção no âmbito da Administração Pública federal?

“Penso que o cenário atual é marcado por um grau de maturidade institucional significativamente maior em relação às administrações anteriores. A Administração Pública Federal avançou muito na institucionalização de políticas de integridade, na adoção de instrumentos de prevenção e no fortalecimento dos mecanismos de controle e responsabilização. De forma muito mais estratégica, o foco não está apenas na repressão a irregularidades, mas, sobretudo, na prevenção, na gestão de riscos e na promoção de uma cultura ética e de integridade. Por óbvio, ainda existem muitos desafios a serem endereçados, mas é inegável que há um arcabouço normativo, institucional e técnico muito mais robusto para enfrentá-los.”

Na sua visão, quais os principais avanços do Poder Executivo Federal nos últimos anos em matéria de governança, integridade e controles internos?

“Cumpre destacar, em especial, o esforço do Poder Executivo na consolidação dos programas de integridade nos órgãos e entidades da Administração Pública, a disseminação da gestão de riscos como ferramenta de governança, o fortalecimento das unidades de controle interno (Auditoria, Corregedoria, Comissão de Ética e Ouvidoria) e a maior integração entre os sistemas de controle. Saliento também os relevantes avanços em transparência, no uso de dados e tecnologia, que temos chamado de “gestão data driven” para apoiar a tomada de decisão pela governança. Menciono também um forte movimento de valorização da primeira e segunda linhas de defesa, com maior

responsabilização da gestão pelos riscos e resultados.”

Papel da Secretaria de Controle Interno

Qual é o papel da Secretaria de Controle Interno da AGU no fortalecimento da integridade institucional e na prevenção de irregularidades?

“A Secretaria de Controle Interno da AGU atua como instância estratégica de assessoramento à alta administração, contribuindo para o fortalecimento da governança, da integridade e dos controles internos. Nossa papel é apoiar a Governança da AGU na identificação e mitigação de riscos, avaliar a conformidade e a eficiência dos processos, fomentar boas práticas e promover, sobretudo, uma atuação preventiva face aos riscos institucionais. Mais do que apontar falhas e erros (que devemos reconhecer, é uma visão totalmente ultrapassada do controle), buscamos induzir melhorias contínuas e agregar valor à atuação institucional da AGU.”

Quais iniciativas recentes da SCI o senhor destacaria como mais relevantes para aprimorar os mecanismos de controle e mitigação de riscos?

“Entre as iniciativas recentes, destaco a edição da Portaria Normativa AGU nº 191, publicada em 11 de agosto de 2025, que institui Grupo de Trabalho para avaliação do nível de maturidade em integridade pública nas unidades de integridade da Advocacia-Geral da União. Esse GT tem a missão de apropriar as melhores práticas da gestão da integridade no âmbito do Poder Executivo, bem como junto às funções essenciais à Justiça. Existem diversas boas práticas sendo adotadas pelos órgãos e entidades estatais e o GT tem a missão mapear aquelas com potencial de incrementar o nosso sistema de integridade.

Além disso, a SCI vem aprimorando suas avaliações baseadas em risco a partir de uma gradativa construção de conhecimento sobre o negócio da AGU, o que possibilitará o fortalecimento das nossas recomendações de controle, o que impactará diretamente a cultura de controles internos da Casa.”

Ética e ambiente organizacional

Como o senhor enxerga a relação entre ética, cultura organizacional e prevenção de desvios no serviço público?

“A meu sentir, esses elementos são indissociáveis. A ética não se resume ao mero cumprimento de um código, porque, na verdade, ela se manifesta no cotidiano das pessoas, nas suas decisões diante de dilemas morais e éticos e, principalmente, no exemplo que a liderança exerce na organização. Por isso, uma cultura organizacional baseada em valores éticos sólidos mitiga significativamente o risco de desvios, pois ela balizará comportamentos mesmo na ausência de regras de conduta e controle formal. Quando a ética é incorporada como valor institucional, instala-se na organização um ecossistema de integridade baseado na cultura de prevenção que mitigará significativamente o risco de desvios e violações do sistema de integridade da instituição.”

Na sua perspectiva, quais são os maiores desafios para consolidar uma cultura ética dentro das instituições públicas?

“Creio que um dos principais desafios é de transformar normas e códigos em práticas éticas e efetivas. Certamente que esse desafio pode ser desdobrado em muitas camadas, mas eu destaco três que considero importantes: a) é necessário que haja uma liderança ética e comprometida com a gestão da ética na organização; os responsáveis pela gestão da ética devem manejá-la com clareza para todos os stakeholders; e, por fim, c) letramento contínuo e crítico nos temas ligados à diversidade, equidade e inclusão, a fim de que a organização possa consolidar uma cultura de

integridade, que demanda tempo, constância e engajamento institucional, mas que trará resultados promissores no longo prazo.”

Cooperação institucional

De que forma a SCI dialoga e coopera com outros órgãos de controle e integridade, como CGU, TCU e Comissão de Ética da AGU?

“A cooperação institucional é um pilar da nossa atuação. Mantemos diálogo permanente com a CGU e o TCU, alinhando entendimentos, compartilhando informações e acompanhando recomendações de forma coordenada e articulada com os órgãos de direção superior da AGU. No âmbito da Controladoria-Geral da União, a SCI atualmente tem assento no Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) e na Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCCI).

Internamente, a atuação conjunta da SCI com a Comissão de Ética da AGU tem sido fundamental para alinhar as ações de integridade (citemos o Seminário de Ética, por exemplo), tanto na prevenção, orientação e promoção da conduta ética, respeitadas as competências de cada instância.”

Qual a importância da atuação conjunta entre órgãos de integridade para a construção de um ambiente público mais transparente e confiável?

“Esse é o grande desafio de qualquer sistema de integridade: fazer com que as instâncias ou funções de integridade conversem de uma forma orgânica que permita a integração das respectivas matrizes de riscos de integridade. A atuação integrada evita sobreposições, aumenta a eficiência do controle e transmite à sociedade uma mensagem clara de compromisso institucional com a integridade. Quando os órgãos atuam de forma coordenada, fortalecem a confiança nas instituições públicas e potencializam os resultados, tanto na prevenção quanto no enfrentamento de irregularidades.”

Perspectivas e mensagem final

Quais são as prioridades da Secretaria de Controle Interno para o próximo ano no campo da integridade e dos controles?

“As prioridades incluem o aprofundamento da abordagem baseada em riscos, o fortalecimento do assessoramento à alta administração (trust advisor), a ampliação do diálogo com as áreas finalísticas da AGU e o aperfeiçoamento contínuo dos processos de controle interno.

Permanecemos focados na implementação do nosso processo de transformação digital por meio do Projeto Auditoria Data Driven, previsto em nosso Plano de Negócio 2024-2027 e que está sendo viabilizado por meio do nosso Núcleo de Inovação. O Núcleo de Inovação é um projeto piloto da SCI voltado para a realização de atividades que permitam a atuação estratégica baseada na gestão por evidências, automação de processos de trabalho, análise e tratamento de dados a partir de aplicações de DSC (Data Science Analytics) e apropriação de ferramentas de IA para atividade de auditoria 4.0.”

Que mensagem o senhor deixaria aos servidores da AGU sobre a importância da conduta ética no cotidiano e no serviço prestado à sociedade?

“Eu gostaria de citar uma frase inspiracional do grande estadista, advogado, líder pacifista e ativista indiano, Mahatma Gandhi, que um dia disse: “Não há caminho para a paz, a paz é o caminho.” Eu peço licença para parafrasear o grande mestre e dizer que não há um caminho para a Ética, a Ética é o caminho.”



Comissão de Ética da AGU participa do balanço institucional de 2025



No dia 15 de dezembro de 2025, a Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União participou da Reunião de Alinhamento Estratégico – Balanço 2025, conduzida pelo Advogado-Geral da União, oportunidade em que foram apresentados os principais resultados, desafios e perspectivas institucionais da AGU ao longo do ano.

A participação da Comissão de Ética na mesa do balanço institucional representa um avanço expressivo no fortalecimento da governança ética da Advocacia-Geral da União, evidenciando o reconhecimento do papel estratégico da CEAGU no processo decisório e na formulação de políticas voltadas à integridade, à transparência e à promoção do interesse público.

Ao longo de 2025, a Comissão consolidou sua atuação técnica, preventiva e pedagógica, com destaque para a publicação do Primeiro Código de Ética da Advocacia-Geral da União — marco histórico construído de forma coletiva, a partir de amplo diálogo institucional e com o apoio decisivo da alta administração. Esse importante avanço reafirmou a ética como eixo transversal da gestão pública e como referência para a atuação cotidiana de membros e servidores da instituição.

Nesse contexto, a presença da CEAGU nas reuniões com a alta administração fortalece a integração entre ética, governança e gestão estratégica, contribuindo para decisões mais responsáveis, alinhadas aos valores institucionais e à confiança depositada pela sociedade na Advocacia-Geral da União.

A Comissão também se destacou pelo fortalecimento de sua atuação colegiada e qualificada, pelo crescimento expressivo do número de consultas relacionadas a conflitos de interesses — o que evidencia sua função orientadora e preventiva — e por uma agenda intensa de capacitação e articulação em rede. Ao longo do ano, foram registradas mais de 20 participações em eventos, seminários e ações formativas, incluindo a realização do II Seminário de Ética e Integridade da AGU, voltado à disseminação de boas práticas e ao aprimoramento da governança ética institucional.

Outro avanço relevante foi o fortalecimento da Secretaria-Executiva da CEAGU, integrada ao Gabinete do Advogado-Geral da União, o que ampliou a articulação institucional e conferiu maior efetividade às ações desenvolvidas. A participação da Comissão nas instâncias estratégicas da AGU, incluindo o balanço institucional de 2025, reafirma sua relevância no processo decisório e seu compromisso permanente com a promoção de uma cultura ética sólida, responsável e alinhada aos valores da Advocacia-Geral da União.

O ano de 2025 representou um período de especial relevância para a Comissão de Ética da AGU (CEAGU), marcado pelo fortalecimento contínuo da cultura ética, da integridade institucional e do compromisso com a excelência no serviço público. Ao longo do ano, a Comissão de Ética da AGU desenvolveu ações estratégicas voltadas à orientação, prevenção e disseminação de boas práticas de conduta, consolidando seu papel como instância essencial de promoção dos valores institucionais.

Nesse contexto, destaca-se como marco histórico a aprovação do Novo Código de Ética da Advocacia-Geral da União, instituído pela Portaria Normativa AGU nº 187, de 28 de julho de 2025. O novo normativo representa um avanço significativo ao atualizar e sistematizar diretrizes éticas aplicáveis aos membros e servidores da AGU, alinhando-se às melhores práticas de integridade pública e aos desafios contemporâneos da administração pública.

Uma Longa Jornada (2014-2025)



A trajetória de construção do Código de Ética da AGU foi marcada por persistência e determinação. Durante quase uma década, o avanço dessa pauta enfrentou limitações estruturais e a necessidade de amadurecimento da própria Comissão de Ética dentro da instituição.

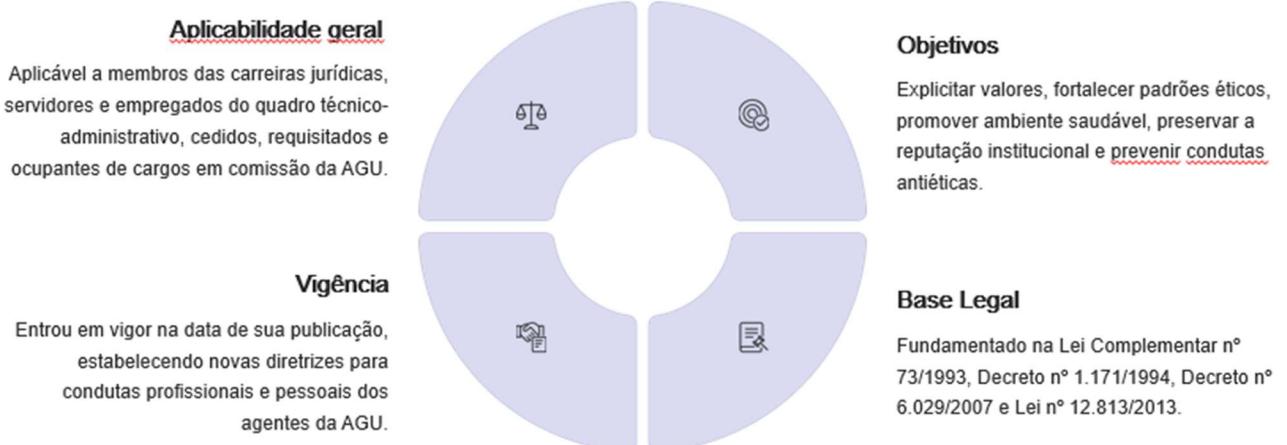
O Código aprovado apresenta uma versão robusta e técnica, com avanços como:

- eliminação de lacunas e inconsistências jurídicas;
- resolução de pontos controversos;
- reforço a princípios fundamentais, como integridade, imparcialidade e responsabilidade;
- maior proteção aos agentes públicos;
- preservação da imagem institucional e segurança jurídica;
- redução de riscos interpretativos.



O Código de Ética, aprovado após amplo processo de debate e construção coletiva, que envolveu reuniões técnicas, diálogos institucionais e contribuições de diferentes áreas da AGU, reafirma princípios fundamentais como a legalidade, a imparcialidade, a transparência, a responsabilidade e o compromisso com o interesse público. Ao oferecer orientações claras para a atuação ética no cotidiano institucional, o normativo consolida seu caráter pedagógico e preventivo, fortalece a integridade organizacional, subsidia a tomada de decisões responsáveis e contribui para o aprimoramento da confiança da sociedade na atuação da Advocacia Pública Federal.

Fundamentos do Novo Código de Ética



O Código visa estabelecer um elevado padrão de conduta ético-profissional, abrangendo não só condutas funcionais, mas também aquelas realizadas expressamente na qualidade de agente público, mesmo fora do exercício da função.

Ao encerrar o ano, a Comissão de Ética da AGU celebra e apresenta as entregas realizadas e reafirma seu compromisso com a consolidação de uma cultura organizacional baseada na ética, na integridade e no respeito aos valores republicanos, renovando o propósito de seguir avançando, em 2026, no fortalecimento institucional da Advocacia-Geral da União.



Reuniões Estratégicas

O ano de 2025 foi marcado por uma atuação estratégica, consistente e articulada da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União, reafirmando seu papel fundamental na promoção da integridade, da governança e da cultura ética no âmbito institucional. Ao longo do período, a Comissão intensificou suas ações de orientação, prevenção e diálogo, contribuindo para o fortalecimento da confiança institucional e para o aprimoramento contínuo dos padrões de conduta no serviço público.



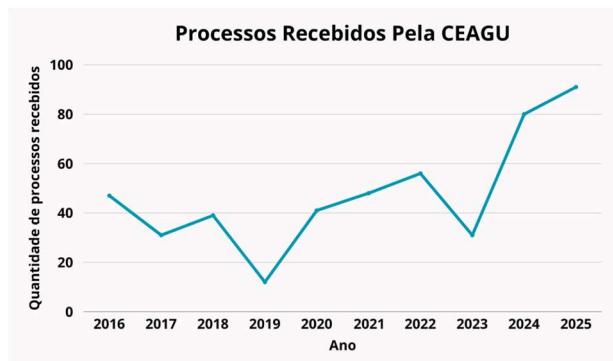
No campo da governança interna, foram realizadas 13 reuniões ordinárias, 3 reuniões extraordinárias e 2 sessões da Comissão Processante, assegurando regularidade, celeridade e rigor técnico na análise das matérias submetidas. As atividades deliberativas abrangeram consultas, denúncias e temas estratégicos, além de reuniões de alinhamento com a Secretaria-Executiva, fundamentais para o monitoramento dos processos e a tomada de decisões ágeis e coordenadas.

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

Totais destacados

Crescimento das Demandas, Qualidade Técnica e Ações Educativas



Durante o ano, a Comissão de Ética da AGU recebeu e processou 92 demandas, entre consultas e denúncias, evidenciando crescimento expressivo em relação aos exercícios anteriores. Os principais temas abordados envolveram conflito de interesses, exercício de atividade privada e outras questões relacionadas à aplicação do Código de Ética, como uso de informações privilegiadas, recebimento de presentes e participação em eventos. As análises foram conduzidas de forma criteriosa, com fundamentação normativa e observância dos princípios da ética e da integridade, garantindo orientações técnicas qualificadas e seguras aos membros e servidores da AGU.

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

Seminário

II Seminário sobre Ética e Integridade



Boletins

Distribuição mensal de informações éticas



Podcast

Série "Na Trilha da Ética" com 9 episódios



Concurso

Participação no Concurso de Boas Práticas



A agenda de 2025 também foi marcada por relevantes iniciativas de comunicação e educação, com destaque para a realização do II Seminário de Ética e Integridade na AGU, a publicação contínua do Boletim Informativo Mensal, a consolidação do podcast “Na Trilha da Ética” e a participação no concurso de Boas Práticas da Comissão de Ética Pública, ampliando o alcance das ações educativas e promovendo o debate institucional de forma acessível e dinâmica.

Atividades de capacitação

Atuação em Rede, Capacitação e Compromisso com Ambientes Saudáveis

A Comissão de Ética manteve atuação integrada em rede, participando de reuniões e iniciativas conjuntas com outras Comissões de Ética, a Comissão de Ética Pública (CEP), unidades da AGU, grupos de trabalho e fóruns interinstitucionais, fortalecendo a troca de experiências e a disseminação de boas práticas em gestão ética.

Destaca-se, ainda, a participação ativa da Comissão nos cursos de formação dos membros das carreiras jurídicas da AGU e dos servidores administrativos, assegurando que os novos integrantes da instituição recebam orientação sobre ética e integridade desde o início de suas trajetórias profissionais. No mesmo sentido, a atuação no Comitê Gestor do Programa AGU sem Assédio e sem Discriminação reforçou o compromisso institucional com a promoção de ambientes de trabalho saudáveis, respeitosos e livres de qualquer forma de violência ou discriminação.



- Foto: Daniel Estevão/AscomAGU

Ao encerrar 2025, a Comissão de Ética da AGU reafirma seu compromisso com a integridade pública, a prevenção de desvios e o fortalecimento institucional, projetando para o próximo ano a continuidade de uma atuação técnica, preventiva e alinhada aos valores da Administração Pública.

Dica de filme



Baseado no best-seller de Bethany McLean e Peter Elkind, o documentário **Enron – Os Mais Espertos da Sala** narra a ascensão e a queda da Enron, que chegou a ser considerada uma das maiores e mais inovadoras empresas de energia do mundo. Reconhecida por revistas especializadas, auditada por grandes firmas e admirada pelo mercado financeiro, a companhia apresentava resultados expressivos e uma imagem pública de sucesso, sustentada pelo discurso de inovação e eficiência.

Por trás dessa aparência, contudo, escondia-se um complexo esquema de fraude contábil e manipulação de informações financeiras. A Enron utilizou práticas como o método "mark to market" de forma distorcida, registrando lucros futuros como ganhos imediatos, ao mesmo tempo em que ocultava dívidas bilionárias com o apoio de estruturas financeiras artificiais e

falhas graves de governança. A ausência de questionamentos internos, os conflitos de interesses na auditoria e a fragilidade dos controles contribuíram para a perpetuação do esquema.

Quando as irregularidades vieram à tona, a empresa entrou em colapso, deixando milhares de empregados desempregados, investidores sem recursos e abalando profundamente a confiança no mercado. O caso resultou em uma das maiores investigações de fraude já conduzidas nos Estados Unidos, envolvendo diversos órgãos de controle e levando à condenação de executivos e colaboradores.

O documentário dialoga diretamente com os valores promovidos pela Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União ao evidenciar que a integridade institucional, a transparência, a responsabilidade e a atuação ética cotidiana são elementos indispensáveis para a sustentabilidade das organizações. A obra convida à reflexão sobre a importância dos códigos de ética, dos sistemas de integridade e do papel preventivo da ética na tomada de decisões, reforçando que o interesse público deve sempre prevalecer sobre ganhos individuais ou aparentes resultados de curto prazo.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

Edição 14 – Dezembro de 2025

Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União

Mariana Cruz Montenegro (Presidente)

Priscila Cunha do Nascimento (titular)

Talius de Oliveira Vasconcelos (titular)

Micheline Silveira Forte (suplente)

Raquel Barbosa de Albuquerque (suplente)

Pedro Henrique Peixoto Leal (suplente)

Secretaria-Executiva

Paulo Sérgio Ribeiro (Secretário-Executivo Substituto)

Daiane de Souza Lindemberg (Administradora)

Flávio Sales Ferreira (Apoio Técnico Especializado)

Mariane Oliveira de Azeredo (Apoio Técnico Especializado)

Wesley França Brito (Técnico em Secretariado)

Luiz Francisco Cerqueira Sousa (servidor)

Ariane Goncalves Morato (estagiária)